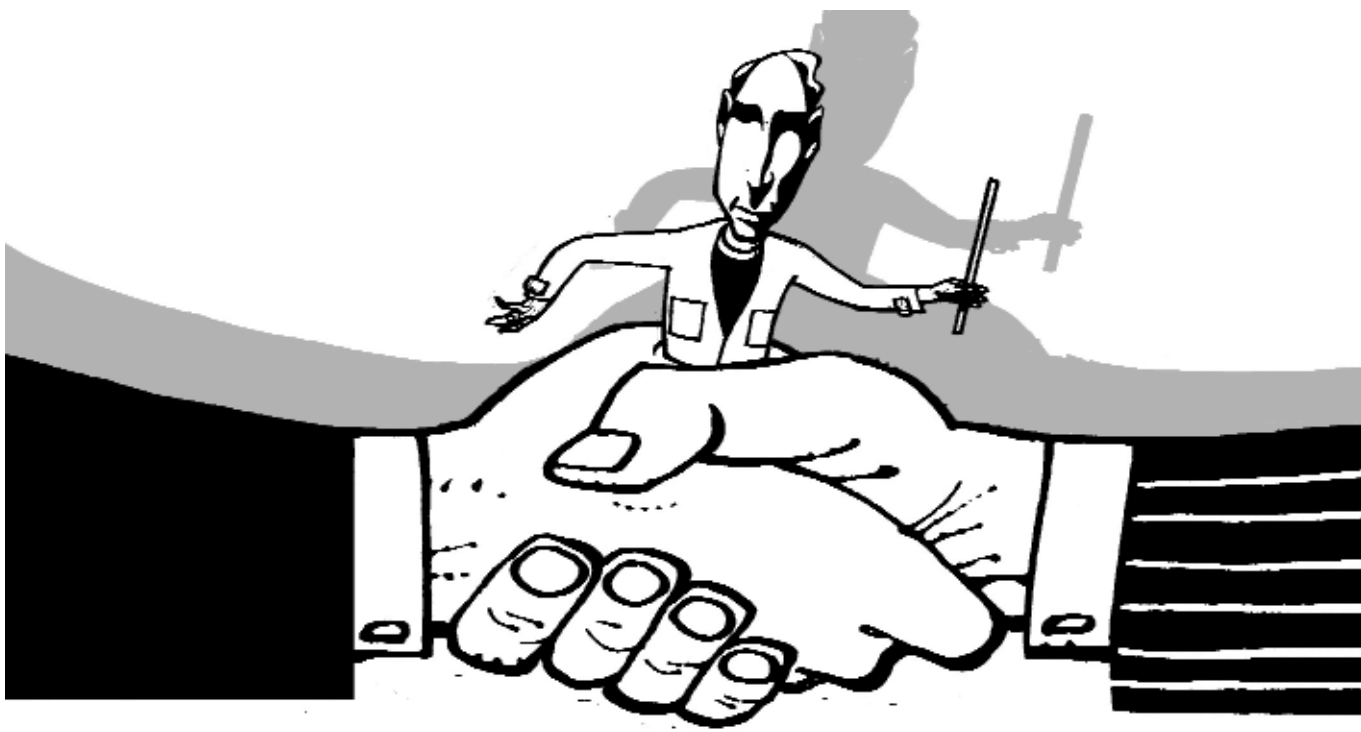


# OS SINOS DOBRAM PELA ESCOLA PÚBLICA

## AS PROPOSTAS DE COVAS PARA O 1º E 2º GRAUS

---

---



*O governador Mário Covas assumiu o Estado de São Paulo falando em implantar três revoluções no ensino de 1º e 2º graus: a revolução moral das práticas de governo, a revolução administrativa e a revolução da qualidade e produtividade dos serviços públicos. Ao analisar a educação no governo paulista do PSDB, o professor efetivo de História da Rede Estadual de Ensino em Ribeirão Preto, **Gilberto Pereira de Souza**, afirma que a gestão Covas pretende introduzir nas escolas públicas um modelo de gestão de pessoal e recursos moldado nas empresa nacionais e internacionais. Trata-se, na verdade, de aplicar o método de controle do trabalho fabril à educação.*

**R**ecentemente a Secretaria da Educação, através de seu Boletim Informativo “Fazendo Escola”, divulgou as propostas, ou mais propriamente, as três revoluções que o governo Mário Covas considera como diretrizes para a Educação: a Revolução Administrativa, referente ao pessoal; a Revolução na Produtividade dos Recursos Públicos, visando a obter melhores resultados com menores custos, e a Revolução Ética e Moral.

Este artigo vai se ater às duas primeiras revoluções; uma vez que ambas já estão sendo colocadas em prática e sintetizam claramente as propostas do atual governo para a Educação.

Preende-se introduzir nas escolas públicas de 1º e 2º graus um modelo de gestão de pessoal e recursos aos moldes do que vem sendo aplicado nas grandes empresas nacionais e internacionais, a qualidade total, é o método de controle de trabalho fabril aplicado à escola. Produzindo-se mais em menos tempo, reduzindo-se custos, eliminando desperdícios, barateando produtos e, logicamente, reduzindo mão-de-obra. Causando, em parceria com as inovações tecnológicas, um aumento espantoso do desemprego em todo o mundo; aumentando sobremaneira o desemprego estrutural (eliminação de postos de trabalho devido ao avanço da técnica e aumento da produtividade); fazendo com que a Organização das Nações Unidas (ONU) se preocupe com o chamado “Jobless Grow”, crescimento econômico sem emprego, economias que crescem com níveis de emprego que decrescem.

O governo estadual pretende aplicar na escola pública os mesmos processos. Ancorado numa maciça e sistemática campanha e alegando que o Estado brasileiro, incluindo o de São Paulo, está falido, esgotou sua capacidade de investimento, gastando muito mal os poucos recursos de que dispõe.

Que o Estado gasta pouco com a área social, é verdade; que gasta mal também o é. O que não é verdade é que não tenha mais condições de obter recursos próprios para investir nesta área.

As três esferas do poder público (Estados, Municípios e Governo Federal) investem, juntos, aproximadamente 3,7% do PIB em Educação, recursos que além de insuficientes são mal aplicados. Mas, o que muitos esquecem é que a evasão fiscal no Brasil beira a 50% dos impostos devidos; produto da sonegação pura e simples e de uma série de isenções fiscais. Sem mencionar o crescente desvio de verbas da área social,

produto da corrupção – especialmente na Previdência, Saúde e Educação – e da ação do próprio governo, especialmente através do fundo social de emergência.

Não é o Estado que faliu por obra do esgotamento de um modelo de desenvolvimento, mas foi levado à falência pelos seus gestores, que o colocam a serviço da acumulação privada de capital. São Paulo, com sua bilionária dívida, seu banco (Banespa) falido e com uma série de contratos lesivos ao erário público assinados pelo governo anterior, é um bom exemplo.

Para justificar suas propostas, o governo estadual alega que, até agora, a escola pública brasileira tem sido de má qualidade e produtora de fracassos. De fato

a situação educacional brasileira é alarmante. Segundo a Unesco, o Brasil tem a pior educação do mundo (1994). O analfabetismo funcional atinge cerca de 1/3 de nossa população; 88% de nossas crianças deveriam concluir a 5ª série, porém, somente 39% o fazem.

Mas, como a memória é política, no tocante à qualidade de ensino, se esquece de uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas, concluída em 1991, que revelou, após a aplicação de testes (Gramática, Redação, Matemática e Ciências) em alunos de escolas públicas e privadas de várias capitais brasileiras, inclusive São Paulo, que o desempenho dos alunos das duas redes foi semelhante.

Segundo a Secretária de Educação Rose Neubauer, o recadastramento de alunos feito em setembro, levará à descoberta de 300 a 500 mil matrículas fantasmas no Estado, correspondendo a 600 escolas ociosas. Além disso, existem as classes de aceleração de aprendizagem – alunos das quatro primeiras séries que não têm idade para recorrer ao ensino supletivo, que cursarão dois anos em um – a instalação de 100 postos do telecurso Brasil 2000 e o aumento do número de alunos por sala. Em 1996, será possível dispensar 60 mil professores, dos quais 30 mil serão leigos.

As dispensas já estão sendo efetuadas, com a avaliação para efeito de exoneração, e estão sendo efetivados todos aqueles que têm menos de dois anos no serviço público estadual, atingindo aproximadamente 400 professores e cerca de três mil funcionários de escola.

Para liberar, mais ainda, mão-de-obra e eliminar as perdas de cerca de 600 milhões de reais ao ano com alunos retidos e evadidos, há as portarias da Secretaria da Educação determinando que as escolas reduzam “drasticamente” (expressão da Secretaria de Educação) a evasão e repetência. Isto me lembra

*Que o Estado gasta pouco com a área social, é verdade; que gasta mal também o é. O que não é verdade é que não tenha mais condições de obter recursos próprios para investir nesta área.*

uma declaração recente do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, segundo a qual se fossem eliminadas a evasão e a repetência, 50% dos professores de 1º e 2º graus das escolas públicas brasileiras seriam desnecessários.

O governo joga uma cortina de fumaça sobre as causas fundamentais da evasão e da repetência, culpando como sempre os professores, esquecendo-se de mencionar propositadamente que existem hoje no Brasil 10 milhões de desempregados, 31,7 milhões de indigentes e, segundo dados de 1990, 10 milhões de crianças trabalhando ilegalmente, o que reflete diretamente no acesso, permanência e desempenho escolar, especialmente dos membros das camadas de menor poder aquisitivo.

Além de pôr em prática as propostas de Reforma Administrativa do ministro Bresser Pereira, demitindo funcionários públicos, o governo estadual “inova” propondo novas formas de financiamento do ensino: as parcerias, prioritariamente com os municípios, mas também, com a comunidade escolar e a iniciativa privada.

A divisão das escolas por série em 1996 – escolas de 1ª a 4ª séries, 5ª a 8ª séries, apenas de 2º grau e de 5ª a 3ª série do 2º grau – além de racionalizar recursos e pessoal, visar a municipalizar o ensino da 1ª a 4ª séries com o Estado repassando verbas para os municípios para, num primeiro momento, custear as escolas e, posteriormente, contratar e pagar de professores.

O Estado pretende passar aos municípios 60% dos alunos hoje matriculados na Rede Estadual (de 6,7 milhões de matrículas nas escolas estaduais, 3,6 milhões estão na faixa de 1ª a 4ª séries). Assim, a má qualidade de ensino e a escassez de recursos poderão se agravar nos próximos anos.

As parcerias com a iniciativa privada e a comunidade escolar se baseiam no plano decenal, dando às escolas autonomia para captar e gerir recursos. Teremos escolas adotadas por empresas, que poderão custeá-las e participar de sua administração, algo que já ocorre hoje em Taboão da Serra e na Capital. Outra possibilidade é a própria comunidade escolar assumir o custeio das escolas; trata-se das cooperativas, que estão sendo implementadas em alguns estados.

Isso levará a uma diferenciação cada vez maior no seio da Rede Estadual de Ensino. As escolas mais

bem localizadas, com uma comunidade que possua mais recursos, poderão atrair a atenção das empresas; no entanto, as escolas periféricas, que atendem à população de nível sócio-econômico mais baixo, seguramente não irão despertar o interesse do empregado, e a comunidade escolar não terá condições de custeá-las. É a aplicação da teoria da Escola Dual: para os mais favorecidos, uma escola um pouco melhor, para a imensa maioria, uma escola cada vez pior, ou mesmo, a não-existência de escolas.

As parcerias levam à privatização do ensino, uma privatização financiada com recursos públicos geridos pela iniciativa privada, uma vez que o dinheiro

investido pelas empresas em projetos educacionais corresponde a impostos devidos ao Estado (cota parte do salário-educação e isenções fiscais por investimento em projetos educacionais).

O fundamento de todas essas medidas é a redução do “custo Brasil”. Elas são partes da reforma do Estado; reduzir os gastos públicos com previdência saúde e educação; reduzir o custo da mão-de-obra, eliminando praticamente todos os direitos trabalhistas, retrocedendo a relação capital-trabalho aos primórdios da revolução industrial na Europa.

Isto, numa economia mundial cada vez mais com-

petitiva e caótica, num estado de entropia cada vez maior, no qual a propalada “nova ordem” não passa de um mito, como a competição entre potências cada vez mais selvagem e desregrada, torna nossos produtos mais baratos e competitivos, favorecendo o acúmulo privado de capital.

É como dizia Marx, o trabalho morto se sobrepondo ao trabalho vivo; as coisas-mercadorias se tornam mais importantes que os homens. Reduz-se o custo dos produtos, diminuindo-se o preço das pessoas.

Para concluir, a luta pelo ensino público por melhores salários, condições de trabalho e mais verbas continua mais justa e atual do que nunca. Com uma evasão fiscal de 50% e o governo estadual sequer cumprindo o orçamento em vigor para a Educação (de janeiro a julho deste ano, segundo dados da Apeoesp, 606 milhões de reais não foram aplicados no pagamento de salários de professores e servidores da Secretaria de Educação), dispensando 60 mil professores, mas admitindo contratar outros milhares para ministrar as aulas de Religião no próximo ano, só não há mais investimento na Educação por decisão política.

